



**Ata da 33ª Reunião Plenária Extraordinária – Gestão 2021-2023 Conselho de
Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP**

1 Às nove horas do vigésimo oitavo dia de setembro do ano de dois mil e vinte e três, em
2 São Paulo - SP, teve início a Trigesima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de
3 Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – Gestão 2021-2023, sob a direção da presidente
4 do CAU/SP **CATHERINE OTONDO**. **ORDEM DOS TRABALHOS:** I. Verificação do quórum;
5 II. Execução do Hino Nacional Brasileiro; III. Leitura e discussão da pauta; IV. Discussão
6 e aprovação da ata da 32ª reunião plenária ordinária; V. Apresentação de comunicações:
7 a) da Conselheira Federal representante do Estado de São Paulo; b) do Colegiado das
8 Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas; c) da Ouvidoria; d) dos Coordenadores
9 das comissões permanentes; e) da Presidente. V. Comunicados dos conselheiros. **VI.**
10 **ORDEM DO DIA:** 1. Acordos de Cooperação Técnica: São Caetano do Sul e Condemat –
11 2º Pedido de vista: conselheira Márcia Mallet Machado de Moura (Origem: GED e VP);
12 2. Julgamento de processo de fiscalização 1000058252/2017 – conselheiro relator Paulo
13 Marcio Filomeno Mantovani – 2º Pedido de vista: conselheira relatora Fernanda
14 Menegari Querido (Origem: CEP-CAU/SP); 3. Chamamento 005/2023 - Projetos em
15 Assistência Técnica em Patrimônio Cultural - PAT Cultural (Origem CD-CAU/SP); 4.
16 Acordo Coletivo de Trabalho 2023 – 2024 (Origem: CD-CAU/SP). A lista de presença foi
17 assinada por quarenta e seis participantes, dos quais quarenta e três conselheiros
18 titulares e três suplentes de conselheiras no exercício da titularidade, sendo estas as
19 senhoras: Saide Kahtouni, Viviane Manzione Rubio, Sofia Puppini Rontani. Iniciando a
20 plenária, a presidente **CATHERINE OTONDO**, cumprindo o **ITEM I. Verificação do**
21 **quórum**, confirmou o quórum regimental como suficiente para início dos trabalhos.
22 Após a **execução do Hino Nacional Brasileiro (ITEM II)** a presidente passou ao **ITEM III.**
23 **Leitura e discussão da pauta**. Das comunicações a presidente informou que a
24 Conselheira Federal representante do Estado de São Paulo e suplente justificaram
25 ausência. Propôs, ainda, a inserção de ponto extra pauta, encaminhado pela CPC,
26 referente à alteração da coordenação adjunta da CPC, considerando a solicitação de
27 licença da conselheira FLAVIA TALIBERTI PERETTO. Sem manifestação contrária do
28 plenário, passou à **V. Apresentação de comunicações: b) do Colegiado das Entidades**
29 **Estaduais de Arquitetos e Urbanistas** o coordenador **MARCO ANTÔNIO TEIXEIRA DA**
30 **SILVA** informou que foi discutido, no âmbito do CEAU, o Plano de Orçamento para 2024
31 – atividades e projetos. Dentro da previsão orçamentaria, de acordo com o
32 coordenador, estão previstas algumas reuniões nas cidades que têm escritórios
33 descentralizados, dando continuidade ao trabalho já iniciado de divulgação de
34 ampliação do debate sobre as atividades do colegiado. Com relação a projetos, há
35 proposta de desenvolvimento, no próximo ano, de campanha, na mesma linha da
36 campanha “Nós Projetamos o Futuro” para valorização do projeto - suas formas de
37 contratação, remuneração, metodologia de trabalho e novas tecnologias, porque
38 segundo ele o projeto, hoje em dia, está muito depreciado e é preciso valorizar um
39 muito mais essa atividade. A Campanha, ainda continuou, também vai ser difundida na
40 Bienal de Arquitetura, entendendo como oportunidade de agregação das entidades. O
41 coordenador do CEAU-CAU/SP ainda informou que foi discutida proposta de realização



42 de evento, em dezembro, em comemoração ao Dia do Arquiteto, dia 15 de dezembro,
43 com atividades no saguão do CAU/SP, para que a sociedade entenda, ao circular pelo
44 evento, o que acontece no Conselho de Arquitetura. Seguindo com a pauta, a presidente
45 **CATHERINE OTONDO** informou que o Ouvidor **RICARDO SILOTO** enviou vídeo que foi
46 divulgado. O Ouvidor falou sobre as atividades da Ouvidoria, ocorridas até 31 de agosto:
47 foram recebidas 257 manifestações, sendo 255 concluídas com resposta, ficando
48 pendentes duas delas; o prazo de reposta foi de 0,95 dias, em relação a respostas dadas
49 somente pela Ouvidoria, e de 2,75 dias, quando dependeu de outros setores do CAU/SP;
50 78% dos atendimentos foram de segunda instância, percentual bem próximo do
51 ocorrido nos meses anteriores; as regionais que mais demandaram, proporcionalmente,
52 foram de Santos e Sorocaba, e as que menos demandaram, proporcionalmente também
53 foram se São José do Rio Preto e Presidente Prudente; 220 delas foram de profissionais
54 e empresas de arquitetura, e 222 de pessoas físicas; 37,4% foram de solicitações, 27,2%
55 de reclamação e 23,3% de informações; os setores com os quais a Ouvidoria mais
56 interagiu foram financeiro, exercício profissional, ensino e atendimento; em termos de
57 assuntos, a anuidade e o registro profissional foram os mais frequentes, tanto em
58 informações, quanto solicitações; em reclamações, os assuntos principais foram RRT e
59 atendimento; não houve denúncias contra o CAU; os assuntos mais frequentes foram
60 denúncias contra editais públicos, obras sem acompanhamento, postura profissional,
61 desacordo comercial e exercício ilegal da profissão. No âmbito da Rede de Ouvidorias
62 do CAU o Ouvidor registrou que está sendo trabalhado o planejamento estratégico da
63 Rede de Ouvidorias e de implantação da plataforma Renouv, módulo da Ouvidoria do
64 Fala BR, que está em fase final e deve ser lançada no fim de outubro. Por fim, ele reiterou
65 o momento do processo eleitoral e sugeriu que todos os profissionais de arquitetura e
66 urbanismo sejam informados o máximo possível, sobre as propostas programáticas das
67 chapas, para que se tenha escolhas, para o próximo mandato, que sejam conscientes e
68 representativas da diversidade da categoria profissional. Segundo ele, é momento de
69 reflexão e avaliação do que foi e tem sido feito, e momento rico de prática democrática
70 e de aprendizagem da convivência para com entes diferentes. Certamente, concluiu
71 **RICARDO SILOTO**, todos os envolvidos no processo eleitoral são convergentes no
72 aprimoramento da atribuição central do CAU, que é de orientar, disciplinar, fiscalizar e
73 aperfeiçoar o exercício da Arquitetura e Urbanismo, sempre zelando pela ética. **ITEM V.**
74 **Apresentação de comunicações: d) dos Coordenadores das comissões permanentes.**
75 Pela **CEP**, a coordenadora **FERNANDA MENEGARI QUERIDO** informou que no último dia
76 25 houve palestra do “Arquiteto Legal”, para apresentar e discutir as questões do acervo
77 técnico e RRT, a pedido da Associação dos Engenheiros Moncanguenses. Também, em
78 14 de setembro, por solicitação da Comissão de Ensino e Formação do CAU/SP a CEP
79 esteve na Unicep, em São Carlos, discutindo com os alunos sobre o CAU, RRT e acervo
80 técnico. E, por fim ela comunicou que a CEP estará na Semana de Arquitetura e
81 Urbanismo da Unicamp, a pedido da Comissão Organizadora, para falar sobre a pós
82 formação e atuação dos arquitetos, inseridos na esfera pública, cultural e social e
83 profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo. **ITEM V. Apresentação de**
84 **comunicações: d) dos Coordenadores das comissões permanentes.** Pela **CF**, a
85 coordenadora **ANGELA GOLIN** apenas avisou que a CF fez um Guia Rápido de



86 Fiscalização, já publicado no site do CAU/SP e que também será enviado a todos, onde
87 foi feita síntese sobre o que a fiscalização faz e procedimentos, hoje existentes, na
88 fiscalização. Na sua opinião, o documento é muito importante para que todos os
89 profissionais possam entender um pouco mais sobre o que é a fiscalização no âmbito do
90 CAU. **ITEM V. Apresentação de comunicações: d) dos Coordenadores das comissões**
91 **permanentes.** A coordenadora-adjunta da CED **NALLIGIA TAVARES DE OLIVEIRA**
92 **TAVARES** informou que no último dia 11 de setembro a Resolução 34 passou a ter todas
93 as modificações, propostas na Resolução 224/2022 vigente, e isso se deu a partir da
94 revogação de um adiamento que havia sido aprovado no plenário do CAU BR,
95 justificado pela conclusão da revisão do módulo de ética do SICCAU, para o registro
96 correto das informações de processos éticos. Ela ainda comunicou que a coordenadora
97 da Comissão teve papel importante nas negociações e que, por esse motivo, estava em
98 Brasília, participando do treinamento técnico e do último seminário da CED. A
99 coordenadora-adjunta também disse que o mês de setembro foi dedicado a organizar o
100 início dos julgamentos em primeira instância, no âmbito da CED, foram aprovadas duas
101 datas para reuniões extraordinárias, exclusivas para julgamentos e que foram revogadas
102 as deliberações de 15 processos que aguardavam para serem pautados em sessões
103 plenárias para serem julgados, seguindo orientações da assessoria técnica e jurídica. Na
104 próxima reunião ordinária da Comissão será feito o repasse dos fluxos de julgamento,
105 com apoio jurídico, e no fim de outubro serão julgados 28 processos éticos. **NALLIGIA**
106 **TAVARES DE OLIVEIRA TAVARES** finalizou dizendo que no dia anterior, na abertura da
107 7ª Conferência Nacional de Conselhos Profissionais, foi apresentado o Jogo de Ética
108 como ação inovadora de comunicação e interação de um Conselho com seus
109 profissionais. **ITEM V. Apresentação de comunicações: d) dos Coordenadores das**
110 **comissões permanentes.** Pela CEF, a coordenadora **ANA LUCIA CERAVOLO** destacou
111 que a Comissão está em momento importante de reorganização das regras para avaliar
112 os egressos de cursos EAD, o que demandará bastante trabalho nos próximos meses.
113 Sobre o mês de setembro ela ressaltou a participação do CAU/SP no 2º Seminário
114 Nacional, com quatro conselheiros participando das atividades e pediu a colaboração da
115 arquiteta **MONICA VIANA** para breve relato da participação. A conselheira **MONICA**
116 **VIANA** disse que os três dias de Seminário, em Brasília, foram ótimos, com abertura feita
117 por Ines Magalhães, que trouxe a importância dos arquitetos e urbanistas na questão
118 do Programa Minha Casa Minha Vida, na produção de habitação de interesse social.
119 Houve uma mesa do CAU Educa, para a qual a CPUAT-CAU/SP colaborou com
120 apresentações complementares. Houve também apresentação de trabalhos e mesas de
121 representantes do MEC e palestras com panorama sobre a Defensoria Pública,
122 relacionada ao tema e produtores culturais e representantes de comunidades
123 quilombolas. Por fim, ela informou que houve dinâmica onde foi feita oficina com todos
124 os participantes para balanço de todos os CAU/UF, em relação às CEFs e a mesa do CAU
125 Educa foi avaliada como diferencial positivo por quase todos os participantes. No último
126 dia de Seminário ela ainda disse que houve visita técnica ao SESILab, monitorada pelos
127 colegas do CAU/DF. **ITEM V. Apresentação de comunicações: d) dos Coordenadores**
128 **das comissões permanentes.** Pela CPUAT, a coordenadora **MONICA ANTÔNIA VIANA**
129 informou que a Comissão tem acompanhado os trabalhos dos projetos das OSC do CAU



130 Educa nas escolas paulistas e que estão na reta final. Também a CPUAT participou do
131 CondCema Estadual e este mês foi deliberado apoio à defesa da Lei de ZEIS, do município
132 de Santos, que está sendo ameaçado, num município que foi pioneiro na questão e, por
133 fim, a Comissão está organizando o 3º Ciclo de Debates da Política Urbana Ambiental,
134 previsto para novembro. **ITEM V. Apresentação de comunicações: d) dos**
135 **Coordenadores das comissões permanentes.** Pela **CRI**, a coordenadora **MARCIA**
136 **MALLET MACHADO DE MOURA** disse que a Comissão fez duas reuniões - uma ordinária
137 e uma extraordinária - nas quais foi adiantado o Plano de Ação de 2024 e iniciado o
138 trabalho de elaboração do Plano de Política das Relações Institucionais. Mas, a
139 coordenadora ressaltou o convênio com a ABNT. Segundo ela, há um atraso, o
140 conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** e a representante no CAU/BR **NADIA SOMEKH**
141 conversaram com o presidente da ABNT sobre o tema e neste mês recebeu a notícia de
142 que o convênio havia sido realizado, nos seguintes moldes: todos os profissionais teriam
143 direito a consultas das normas gratuitamente e, na cobrança das normas haveria
144 desconto; também os profissionais poderiam participar dos grupos de estudos da ABNT,
145 no entanto quem fez, de acordo com **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA**, foi o
146 CRECI e o CRECI, para ela, é uma perda muito grande para os arquitetos e urbanistas,
147 porque eles tomam atribuições desses profissionais, algo que chateou muito a
148 conselheira coordenadora da CRI. Para ela, o CAU/BR teria que monitorar a celebração
149 do convênio, que acabou acontecendo com a presença do CRECI, o que deixa os
150 arquitetos e urbanistas de fora em vários níveis, uma vez que os corretores de imóveis
151 têm acesso até à planta genérica do município de São Paulo, podendo mexer na cidade
152 como quiserem. Ela ainda parabenizou o CRECI pelo que fez e desejou que um dia o CAU
153 consiga ter um convênio nos mesmos moldes. **ITEM V. Apresentação de comunicações:**
154 **d) dos Coordenadores das comissões permanentes.** Pela **CPC**, a coordenadora
155 **VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO** informou sobre a Câmara Temática Nacional de
156 Patrimônio Cultural, na qual o CAU/SP tem participado ativamente, e que deliberou, no
157 último dia 18, uma recomendação, que ainda vai passar pela CPUA, porque a Câmara
158 está ligada à CPUA Nacional, mas uma recomendação de aplicação dos 2% obrigatórios
159 dos investimentos do CAU na área de patrimônio. Segundo ela, é um debate que já vem
160 acontecendo há alguns anos, aprovado na recomendação de Ouro Preto, em 2022, pelo
161 plenário do CAU/BR, pela CPP, também o plenário do CAU/BR aprovou, na última
162 plenária, a recomendação de investimento de todos os CAU na área de patrimônio
163 cultural e que tornará obrigatório na próxima plenária. Ainda a Câmara Temática
164 deliberou um apoio a esse processo e recomendou que os CAU façam investimentos
165 prioritários em cinco eixos de atuação: assistência técnica no campo do patrimônio
166 cultural - e o CAU/SP teve grande contribuição, através do PAT Cultural; acervo,
167 memória e documentação; formação continuada na área de patrimônio cultural para
168 arquitetos e urbanistas; educação patrimonial para a sociedade e o CAU Educa foi
169 também bastante citado como programa, já em andamento, onde pode ser incorporado
170 o tema de patrimônio na educação para crianças em escolas; e, por fim articulação
171 política com Ministério das Cidades, Iphan, Conselhos Municipais, Prefeituras. A
172 coordenadora ainda ressaltou que tem sido intenso o trabalho na Comissão Temporária,
173 que tem convergência de todos os CAU/UF em reação ao tema, que é área de interesse



174 público. **ITEM V. Apresentação de comunicações: d) dos Coordenadores das comissões**
175 **permanentes.** Pela CATHIS a conselheira **VIVIANE MANZIONE RUBIO** comunicou que a
176 Comissão está organizando o 3º Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS, a ser realizado em
177 novembro, com visitas técnicas pelo estado de São Paulo, nas ações que foram
178 contemplados para o fomento do CAU, em conjunto com outras Comissões. Ainda, a
179 publicação das ações de ATHIS está em andamento com previsão de lançamento
180 também em novembro. **ITEM V. Apresentação de comunicações: e) da Vice-Presidente,**
181 **POLIANA RISSO SILVA UEDA** comunicou que, ao longo mês, a vice-presidência se
182 debruçou sobre a questão do fortalecimento do programa de benefícios, numa
183 colaboração com as gerências dos escritórios descentralizados, bem como sobre o
184 entendimento sobre o que seria um escritório descentralizado, no âmbito do CAU/SP.
185 Também, de acordo com ela, houve o fortalecimento e consolidação do Programa de
186 Representação Institucional nos Conselhos Municipais. **ITEM V. Apresentação de**
187 **comunicações: f) da Presidente, CATHERINE OTONDO** comunicou a ausência na
188 plenária e presença de vários conselheiros na Conferência Nacional, onde o CAU/SP foi
189 premiado pela ação exitosa na cobrança de inadimplentes, ação pela qual a presidente
190 parabenizou a CPFi e funcionários que trabalharam arduamente para isso. Segundo
191 CATHERINE OTONDO, o programa permitiu a efetivação de cobrança amigável,
192 impactando diretamente na diminuição da taxa de inadimplência, comparada aos anos
193 de 2021 e 2022. Também o Conselho concorreu com ações relevantes, relativas à
194 fiscalização, modernização do atendimento e integração do SEI. São Paulo, inclusive,
195 também conseguiu autorização para utilização do SEI na Ética. A presidente ainda
196 reiterou que, na sequência da reunião plenária, haveria o evento de construção da
197 Agenda, com participação de conselheiros e funcionários, para definição das diretrizes
198 e formatação do papel institucional do CAU para o futuro. Segundo a presidente, a
199 Agenda vem sendo construída, desde o início do ano, não é uma ação da gestão, mas
200 um trabalho feito de maneira profunda e ela ressaltou o privilégio de ter ex-presidentes
201 presentes. A intenção da Agenda é também a de contar a história do CAU, uma história
202 pouco conhecida, mas que com a consolidação do CAU é importante seu registro e a
203 divulgação de seu olhar para o futuro. CATHERINE OTONDO igualmente informou que
204 participou de reuniões do CSC e do Fundo de Apoio e que ainda está sendo proposta
205 mudança na forma de compreensão dos entes com relação aos UF, quase que uma
206 reestruturação. Passou ao **VI. ORDEM DO DIA: 1. Acordos de Cooperação Técnica: São**
207 **Caetano do Sul e Condemat – 2º Pedido de vista: conselheira Márcia Mallet Machado**
208 **de Moura (Origem: GED e VP)** A presidente informou que trata-se de matéria já
209 apresentada em plenárias anteriores, com pedidos de vista do conselheiro **JOSE**
210 **ROBERTO GERALDINE JUNIOR** que não apresentou seu relatório e voto nas duas
211 plenárias anteriores. Na plenária de agosto, a conselheira **MARCIA MALLET MACHADO**
212 **DE MOURA** solicitou segundo pedido de vistas do processo, que diz respeito a duas
213 minutas de Acordo de Cooperação Técnica, sem repasse de recursos, que tem por
214 objetivo o estabelecimento de parceria mútua entre o CAU/SP e o Condemat, visando a
215 realização de ações conjuntas, voltadas a ações de fiscalização, difusão de assistência
216 técnica de habitação de interesse social, do patrimônio e da política urbana ambiental e
217 territorial; e, a prefeitura de São Caetano do Sul, visando a realização de ações



218 conjuntas, voltadas à fiscalização da atuação profissional de arquitetos e urbanistas. São
219 acordos de cooperação, com planos de ação similares aos já aprovados por este
220 plenário tendo, assim como os demais, sido objeto de manifestação de assessorias
221 jurídicas e dos respectivos órgãos, no âmbito de processos administrativos, sob a
222 responsabilidade da coordenação de convênios e parcerias. A conselheira **MARCIA**
223 **MALLET MACHADO DE MOURA** fez a leitura do seu parecer com a sugestão de que os
224 dois acordos passem pela CEP e CF e, com relação específica ao acordo com prefeitura
225 de São Caetano do Sul, agregar que nos convênios os arquitetos tenham salário
226 condizente. A presidente abriu para manifestações. O conselheiro **MARCELO DE**
227 **OLIVEIRA MONTORO** disse achar que tem o número da lei que desobriga o Estado a
228 contratar qualquer profissional, conforme o piso salarial da categoria, porque essas
229 contratações são consideradas especiais, que evocam o interesse público. A questão,
230 segundo o conselheiro, é se no relato da conselheira relatora é proposta alguma
231 solução, porque para o Conselho é estranha uma contratação pelo poder público abaixo
232 das regras do próprio Conselho e é uma questão que sempre paira de forma estranha.
233 O próprio Conselho, continuou **MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO**, não segue essa
234 regra, embora seja uma autarquia e pudesse se valer do mesmo entendimento. A
235 sugestão dele é que seja apresentada a questão para o jurídico e, conforme os
236 entendimentos que existam, haja uma campanha do CAU se posicionando e falando,
237 mesmo que seja contra uma lei federal, porque essas questões já apareceram na CEP e
238 vale a pena sempre jogar luz sobre esta questão muito importante. A vice-presidente
239 **POLIANA RISSO SILVA UEDA** disse que as questões são muito pertinentes e que o
240 processo de construção do termo de cooperação, a exemplo dos demais já construídos,
241 foi feito envolvendo a gerência técnica, especialmente a fiscalização que atuou
242 diretamente, e que incorpora a questão de atentar os municípios sobre o piso salarial.
243 O plano de trabalho e a proposta apresentada não excluem o tratamento do salário-
244 mínimo no seu projeto de trabalho e sugeriu que sejam encaminhados os termos de
245 cooperação, cientes de que a questão salarial pode ser trabalhada ao longo do convênio,
246 e que os próximos sigam o protocolo proposto, de passar em mais comissões, até que o
247 termo seja assinado e concluído. A conselheira **FERNANDA MENEGARI QUERIDO** disse
248 compartilhar de mesma opinião da vice-presidente. A conselheira **CONSUELO**
249 **APARECIDA GONÇALVES GALLEGU** observou que os termos de cooperação aproximam
250 o CAU das prefeituras, sem de qualquer forma assumir o papel da prefeitura. Ela
251 lembrou que no caso do convênio do Alto Tietê, ele não foi objeto de aprovação dentro
252 da CEP, mas ela entende tratar-se de ampliação da atuação para um consórcio e não
253 apenas com uma prefeitura, de forma a dar visibilidade às ações do Conselho e
254 contribuir com a política urbana e ambiental, e exercício profissional ético da categoria.
255 E ainda sugeriu que fossem encaminhados, sempre observando a questão do salário-
256 mínimo, porque é inadmissível um arquiteto ganhar tão pouco, com uma
257 responsabilidade tão grande sobre o território. O plenário decidiu consolidar as minutas
258 dos acordos de cooperação técnica com as contribuições debatidas durante a
259 apreciação da matéria, para inclusão da menção à lei federal nº 13.709/2018, bem como
260 de item relacionado à observância do piso salarial da categoria nos editais públicos de
261 contratação de profissionais arquitetos e urbanista que vierem a ser publicados pelos



262 municípios, além de acatar a sugestão de que futuros acordos de cooperação técnica
263 similares sejam apreciados pela CEP-CAU/SP e CF-CAU/SP. A presidente **CATHERINE**
264 **OTONDO** fez então a leitura da deliberação plenária e a matéria foi aprovada por
265 aclamação. **VI. ORDEM DO DIA: 2. Julgamento de processo de fiscalização**
266 **1000058252/2017 – conselheiro relator Paulo Marcio Filomeno Mantovani – 2º Pedido**
267 **de vista: conselheira relatora Fernanda Menegari Querido (Origem: CEP-CAU/SP).** A
268 presidente perguntou se havia conselheiros impedidos ou em suspeição e em não
269 havendo, pediu a leitura do voto do pedido de vistas. A conselheira **FERNANDA**
270 **MENEGARI QUERIDO** fez a leitura do relatório do pedido de vista, parecer e
271 considerações e voto. O conselheiro **LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES** fez ainda a leitura
272 de suas considerações sobre a matéria, uma vez que foi o conselheiro responsável pelo
273 primeiro pedido de vistas. A presidente abriu então para manifestações do plenário e a
274 conselheira **ROSSELLA ROSSETTO** perguntou, a fim de orientar o posicionamento do
275 plenário, a diferença entre o proposto pelo relator do primeiro pedido de vista –
276 extinção e arquivamento, e o proposto pela relatora do segundo pedido de vista –
277 arquivamento. De acordo com a assessoria jurídica do CAU/SP, a consequência é a
278 mesma nos dois casos, ou seja, o arquivamento. O que diferencia é a fundamentação. A
279 presidente pediu então a leitura do voto original pelo conselheiro relator **PAULO**
280 **MARCIO FILOMENO MANTOVANI.** A presidente colocou em votação os dois votos dos
281 pedidos de vista. Como resultado foram 20 votos a favor do voto do conselheiro **LUIZ**
282 **ANTONIO DE PAULA NUNES** e 20 votos a favor do voto da conselheira **FERNANDA**
283 **MENEGARI QUERIDO.** Com voto de minerva a presidente **CATHERINE OTONDO**
284 escolheu o parecer da conselheira **FERNANDA MENEGARI QUERIDO.** Assim, foi
285 novamente colocado em votação entre o voto do conselheiro relator original de matéria
286 e do pedido de vista da conselheira **FERNANDA MENEGARI QUERIDO** que contou com
287 25 votos a favor do pedido de vistas e 15 votos a favor do voto original. A presidente fez
288 a leitura da minuta de deliberação e colocou em votação, que contou com 37 votos a
289 favor, nenhum contra e duas abstenções. **VI. ORDEM DO DIA: 3. Chamamento**
290 **005/2023 - Projetos em Assistência Técnica em Patrimônio Cultural - PAT Cultural**
291 **(Origem CD-CAU/SP)** A conselheira **VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO** fez a leitura
292 do termo de fomento e minuta de deliberação plenária, e a presidente colocou em
293 votação que contou com 38 votos a favor, dois votos contra e nenhuma abstenção. O
294 conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** ressaltou a importância da votação, que
295 chamou de modelo, considerando a Associação Cultural José Martí, que há 60 anos luta
296 pela integração cultural dos povos da América Latina, e o terreiro Ilé Asé Ibualamo,
297 contrariando a onda de intransigência religiosa e étnica. A conselheira **VANESSA**
298 **GAYEGO BELLO FIGUEIREDO** aproveitou para esclarecer que os editais da assistência
299 técnica e patrimônio têm o objetivo, além de ampliar e fazer o trabalho do arquiteto
300 chegar a mais comunidades de baixa renda que não podem pagar pelo serviço, também
301 diversificar os investimentos. **VI. ORDEM DO DIA: 4. Acordo Coletivo de Trabalho 2023**
302 **– 2024 (Origem: CD-CAU/SP)** A chefe de gabinete da presidência, Adriana, explicou as
303 principais alterações entre o novo acordo coletivo e o anterior, firmado em 2022, como
304 absorção do plano de cargos e salários que já entra na composição do novo acordo;
305 aplicação do reajuste dos salários, vinculado ao INPC, com percentual de 3,83%;



306 negociada com a assembleia de funcionários a questão da oposição presencial ou da
307 própria adesão, desejo do sindicato, entendido e pactuado com a assembleia e mantido;
308 a substituição de férias a partir de cinco dias, com mais flexibilidade; cumprimento da
309 íntegra do acordo, com oferta do plano odontológico, feito por reembolso. A questão
310 do home office será tratada de maneira conjugada, combinada, para que possa garantir
311 os direitos trabalhistas durante o processo. A incorporação dos aprendizes no acordo
312 ficou para segundo momento, mas já combinado e que seguirá as referências salariais e
313 de benefícios da lei federal. Os demais termos foram mantidos. Não houve atrito com o
314 sindicato e a relação foi construída de maneira equilibrada. Em relação ao plano de
315 cargos, toda a parte de regulamentação, de perfil de cargos e funções está sendo feita
316 com a participação de todas as áreas e de todos os funcionários, sistema de trabalho
317 que torna o processo mais consensual. A presidente fez a leitura da minuta de
318 deliberação de acordo coletivo de trabalho e colocou em votação, que contou com 42
319 votos a favor, nenhum contra. **VI. ORDEM DO DIA: EXTRA-PAUTA** - em razão da licença
320 da conselheira **FLAVIA TALIBERTI PERETTO** assume a coordenação adjunta da CPC a
321 conselheira **BRUNA BEATRIZ NASCIMENTO FREGONEZI**. A presidente fez a leitura da
322 minuta de deliberação plenária e colocou em votação, que contou com 40 votos a favor,
323 nenhum contra e nenhuma abstenção. **ITEM IV. Discussão e aprovação da ata da 32ª**
324 **reunião plenária ordinária**. A presidente perguntou se havia alguma observação quanto
325 ao item e houve pedido de abstenção dos conselheiros que não estavam presentes na
326 referida reunião plenária, e foi aprovada por aclamação pelos demais. Sem mais
327 comunicações, a presidente do CAU/SP **CATHERINE OTONDO** encerrou assim a 33ª
328 Reunião Ordinária, agradecendo a presença de todos.

CATHERINE OTONDO
Presidente do CAU/SP

Histórico da votação:

Reunião Plenária Ordinária nº 34/2021-2023

Data: 26/10/2023

Matéria em votação: IV. Discussão e aprovação da ata da 33ª reunião plenária ordinária

Resultado da votação: Aprovada por aclamação, sem manifestações contrárias.

Impedimento/suspeição: (00)

Ocorrências: -

Condutor dos trabalhos: Catherine Otondo

Secretário: Renata da Rocha Gonçalves